

# INTERAÇÕES E REPRESENTAÇÕES EM RELAÇÃO A APROPRIAÇÃO SOCIAL DOS RECURSOS NATURAIS: O CASO DO PARQUE NACIONAL DA LAGOA DO PEIXE – RS<sup>1</sup>

Gianpaolo Knoller Adomilli

Doutorando em Antropologia Social, UFRGS

Este artigo trata da relação entre a gestão ambiental em Parques e Reservas Naturais e as populações que habitam essas áreas, procurando analisar a problemática socioambiental referente ao caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe<sup>2</sup>. Primeiramente, trata-se de situar as Políticas de Parques Nacionais, demonstrando de que forma suas bases estão fundamentadas em noções modernas sobre o mundo natural, como também em uma visão específica do caso brasileiro, sendo que ambas se perpassam e estruturam uma determinada lógica.

A seguir, analisa-se o caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, privilegiando o encontro entre uma comunidade de pescadores, habitantes da área de proteção, onde mantém práticas tradicionais na sua atividade, e a comunidade moderna de Parques Nacionais, representada pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), órgão federal que elabora e executa a política de gestão de parques e reservas<sup>3</sup>. Os pescadores locais apresentam um conjunto específico de práticas sociais e simbólicas, que configuram entre si, a partir do ambiente em que vivem; enquanto a política de Parques Nacionais propriamente dita, fundamenta-se em uma noção moderna de meio ambiente, sendo representada por grupos urbano-industriais (pesquisadores, ecologistas e administradores). Esta noção está relacionada à preocupação destes grupos com o processo de degradação ambiental em nível mundial,

---

<sup>1</sup> Baseado na dissertação de mestrado do autor (Adomilli, 2002) e em discussões posteriores, realizadas no Instituto Anthropos, sobre gestão dos recursos naturais e direitos humanos, incitando o autor a desdobrar propositivamente alguns dos argumentos que foram discutidos. A maior dívida deste trabalho é com Ana Luíza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert, pela orientação e interlocução no âmbito das reflexões sobre a questão ambiental.

<sup>2</sup> Entende-se como gestão ambiental a ação institucional de políticas públicas, buscando objetivar uma política nacional de meio ambiente.

<sup>3</sup> É importante ressaltar que não se trata de opor pescadores e gestores de Parques, já que ambos os grupos não são coesos, apresentando uma certa heterogeneidade cultural, com níveis de continuidades e descontinuidades em suas práticas sociais e simbólicas. Devido ao espaço exuto para desenvolver uma análise específica sobre esta questão, referente às nuances e aos conflitos internos destes grupos, optou-se em centrar esta análise no mapeamento dos interesses e concepções que estão em jogo na relação entre a política de gestão de Parques e a comunidade de pescadores locais.

inserindo-se em uma política relacionada à globalização, ou seja, uma política internacional sobre o meio, misturando um caráter instrumental de manutenção de ecossistemas considerados ameaçados, com uma visão romantizada acerca da natureza. Não se trata de voltar ao passado ou recuperar valores do passado, mas de uma lógica moderna de espacializar o mundo para construir nichos de “permanência”, literalmente, para manutenção do ecossistema.

Considerando o processo de interação dos pescadores com a sociedade dominante, principalmente no que se refere à ação do Estado, representado pelo IBAMA, leva-se em conta o contexto de injunções de mudanças, inseridas no âmbito das relações entre globalização e diversidade cultural. Portanto, convém ressaltar que o processo de transformação global da sociedade dialoga com as práticas sociais concretas de cada segmento que, por sua vez, apresentam trajetórias particulares, remodeladas pelas relações sociais que vão sendo estabelecidas.

Ao focar tensões entre Modernidade e Tradição, se esboçam questões sobre como idéias e representações diferenciais sobre o uso dos recursos naturais, construídas culturalmente, dialogam, circulam, de um grupo para o outro, estabelecendo ligações e rupturas entre eles, gerando conflitos e difundindo valores.

### **A formação da Política de Parques Nacionais e a globalização da Natureza: um breve histórico**

O modelo de Parques Nacionais foi criado nos Estados Unidos e Inglaterra, por volta do séc. XIX. Sua base ideológica do formou-se no século XVIII, no contexto do surgimento da Revolução Industrial na Inglaterra, em um momento em que a degradação do ambiente urbano, e a conseqüente queda da qualidade de vida da população, contribuíram decisivamente para mudanças de valores em relação à natureza. Em contraposição à concepção vigente de natureza como algo ameaçador e que deveria ser “domado” pela cultura, nasce uma visão que valoriza o “selvagem e o rústico” como reservas de integridade biológica, estética e moral” (Carvalho, 2000:11-12). Igualmente, surge um certo sentimento anti-social, em que o reverenciar a natureza em lugares afastados das cidades é valorizado.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Diegues (1999:24). Conforme o autor, neste período observa-se a emergência das idéias dos escritores românticos sobre o mundo natural, através de relatos de viagens, como Robinson Crusoe. Essas idéias adquiriram maior ênfase no século XIX, tendo grande influência para a criação de parques e reservas naturais. A natureza isolada (neste sentido associada com ilha) e selvagem representa toda uma idéia de paraíso perdido, relacionada com a visão religiosa católica/protestante.

Conforme Diegues (1999:24-25), a visão do mundo natural como selvagem e intocado, se consolidou nos Estados Unidos, em uma conjuntura de avanço do capitalismo, materializando-se na efetivação de Parques Nacionais, através da criação de áreas isoladas para proteção ambiental. Este processo se efetiva em uma conjuntura internacional de questionamento do antropocentrismo, no âmbito da consolidação cultural da sociedade ocidental moderna, idealizando novas relações dos homens com a natureza pela idéia de preservação desta, sobretudo exteriorizado no movimento paisagístico de construção idílica da natureza na literatura, na pintura, nas novas políticas de lazer, turismo, viagens e férias como mostram as obras de Keith Thomas (1998), Raymond Williams (1990) e Simon Schama (1996), entre outros.

Os projetos de consolidação deste modelo começaram a ser implantados no Brasil no final da década de 1930, numa reação ao “sopro de destruição” como intitula José Augusto Pádua seu estudo sobre o pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Com uma potencialidade estética natural, no Brasil, as políticas direcionadas em proteger áreas naturais seguem a lógica global de valorizar a plasticidade em termos de riquezas paisagísticas (Diegues, 1996), associada a idéia de contemplação e lazer voltadas ao consumo moderno.

Esta questão é analisada por Silveira (2000:2-4) sob o prisma da noção de “patrimônio natural”, ou seja, em relação ao que se considera como recursos naturais, sob o qual se exerce a soberania nacional, com o objetivo de salvaguardá-lo, mantendo suas “características naturais”, afastando e evitando o estabelecimento humano. Observa-se duas dimensões, uma relativa ao valor estético dado a uma natureza vinculada à identidade - nação, destacando-se o “motivo edênico” que povoa o imaginário social brasileiro de que nos fala José Murilo de Carvalho (1998); e outra, que se constitui de acordo com uma ótica capitalista de utilização dos recursos naturais, baseada nos interesses de soberania nacional. Para Silveira, esta perspectiva objetiva

assegurar a soberania sobre os recursos naturais e criar estratégias de exploração dos mesmos, salvaguardando reservas/estoques daquilo que poderíamos chamar de capital biótico, bem como de recursos minerais (Silveira, 2000:3).

Quanto ao edenismo, observa-se como está relacionado originalmente à um imaginário dos colonizadores europeus e que encontra paralelo na reverência à natureza dos séculos XVIII e XIX. Segundo José Murilo de Carvalho (1998), o “motivo edênico” ocuparia o imaginário brasileiro como base de um projeto de nação. Esta visão vai

sendo construída historicamente, introjetada na visão dos brasileiros, o que nos leva à representação da natureza simbolizando o potencial da nação. O patrimônio natural do país é relacionado com os aspectos cênicos, com a beleza das paisagens que povoa o imaginário, adquirindo uma conotação própria em relação à identidade nacional. Desta forma, o intuito de proteger a natureza torna-se uma ação governamental, implicando uma questão de soberania nacional, onde o Estado se encarrega de proteger os recursos naturais.

A partir dos anos 1960, surgem nos países industrializados os movimentos ecológicos, caracterizados como movimentos das camadas médias da população urbano-industrial, preocupados com a defesa da vida animal e vegetal, inseridos em movimentos de contracultura que objetivavam, a grosso modo, “a proteção de ecossistemas representativos da biodiversidade” (Lobo, 2000:39). Mas é de fato na década de 1970 que estes movimentos se tornam mais organizados e avançam em suas discussões, voltando-se para a questão da extinção das espécies, incluindo a problemática referente aos recursos naturais como um todo, abordando problemas como poluição do ar e o esgotamento dos recursos naturais, buscando soluções em nível mundial.

Nas décadas seguintes, estando em jogo o equilíbrio ecológico do planeta, os projetos ambientais no âmbito internacional e nacional tratam, cada vez mais, de constituir políticas relacionadas à globalização, divulgadas como políticas internacionais sobre o meio para conservação da biosfera, consolidando nos anos 1990, “políticas de conservação da biodiversidade no contexto dos diferentes sistemas econômicos de produção sustentável” (Lobo, 2000: 39). Portanto, a política de “Parques de preservação” insere a noção de “preservar”, ou seja, de preservar a ambiência/ecossistema no âmbito de uma política que responde a uma noção moderna de meio ambiente.

Nessa perspectiva proliferam as reuniões de países e de Organismos não Governamentais (ONGs) em todo o mundo, para discutir os problemas ambientais que se tornam cada vez mais drásticos com riscos planetários eminentes. Ao mesmo tempo, evidencia-se uma tendência a forçar ações na esfera particular de cada nação, geralmente dentro de uma perspectiva em que prevalecem os interesses específicos dos governos de cada país, mas não necessariamente suas populações. Dentro desta complexidade, a perspectiva local, defendida por algumas ONGs, não tem sido administradas eficazmente pelos governos e suas instituições especializadas. Desta

forma, ao mesmo tempo em que interagem, o local, o nacional e o global, também se chocam em suas lógicas distintas, relacionadas com as representações de natureza, mesmo no que tange à estruturação de políticas de educação ambiental que deveriam desempenhar a função mundial de re-socialização do homem com seu ambiente, promovendo mudanças radicais de comportamento intrageracional voltado a um programa de redirecionamento da conduta humana <sup>5</sup>.

No Brasil, a implantação do modelo de Parques Nacionais pelo governo brasileiro teve grande ênfase justamente a partir da década de 1970, durante o período de ditadura militar (Diegues, 1995:164). No entanto, a perspectiva desenvolvimentista que os militares colocavam em prática defrontava-se com os movimentos ecológicos, baseados em uma crítica ao capitalismo. Tais movimentos, formados pelas sociedades na modernidade, dentro de uma conjuntura de movimentos sociais e discussão dos direitos humanos, demonstra claramente o que Touraine (1999; 1995) considera como avanço da modernidade, em sua perspectiva de incluir um “sujeito–no–mundo”, opondo-se, entre outras coisas, aos totalitarismos e ao Estado tecnocrático<sup>6</sup>.

Entre os militares, predominava uma visão nacionalista com bases no edenismo, procurando mostrar o Brasil como um país de riquezas naturais infinitas e, ao mesmo tempo, modernizado (Carvalho:1988:70). Colocou-se em prática um projeto nacional desenvolvimentista, enquanto que, paralelamente, eram criados “espaços isolados” de proteção ambiental. Esse processo gerou uma série de conflitos para com as populações que habitam estas áreas, impossibilitando-os, em parte ou completamente, de exercerem suas práticas socioculturais nos territórios definidos como de preservação, portanto, sob a tutela do Estado. A visão nacionalista remete à questão de uma “ideologia territorial”, que estrutura a idéia de Estado-nação, Conforme coloca Paul Little (2002),

Em primeiro lugar, a ideologia territorial do Estado-nação é vinculada ao fenômeno do nacionalismo, que reivindica um espaço geográfico para o uso exclusivo dos “membros” de sua comunidade nacional (Gelner, 1983). Em segundo lugar, esta ideologia territorial se fundamenta no conceito legal de soberania, que postula a exclusividade do controle de seu território nas mãos do Estado (Little, 2002:7).

Este autor apresenta um enfoque dado à esfera do Estado em relação à política de Parques Nacionais, fundamentada na questão da territorialidade. Desta forma, define

---

<sup>5</sup> Sobre este assunto, ver Isabel Carvalho (1998).

territorialidade “como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território [...]” (Little, 2002:3), incluindo, portanto, a territorialidade de grupos sociais específicos dentro do Estado-nação. Neste sentido, Paul Little (2002) sugere o conceito de “povos tradicionais”, por abarcar uma diversidade de grupos humanos que apresentam diferentes formas fundiárias, como índios, caboclos, caiçaras, comunidades de açorianos e pescadores artesanais, entre outros, mantendo vínculos de identificação territoriais, baseados em sua relações com o ambiente biofísico, visível pela dimensão histórica de suas ocupações e por suas lutas para se manter em seus respectivos territórios.

Conforme o autor, um primeiro aspecto referente à questão da territorialidade, diz respeito à coexistência do território do Estado-nação com os chamados “territórios sociais” que existem em seu interior:

A existência de outros territórios dentro de um Estado-nação, sejam eles as autoproclamadas “nações” ou “nacionalidades”, ou territórios sociais, como estamos analisando aqui, representa um desafio para ideologia territorial do Estado, particularmente para sua noção de soberania. Este ponto de vista representa uma das raízes pela qual o Estado brasileiro teve e tem dificuldades em reconhecer os territórios sociais dos povos tradicionais como parte da sua problemática fundiária. (Little, 2002:7).

Segundo Little (2002:7), a questão fundiária brasileira é historicamente dividida entre terras públicas e privadas. As públicas abrangem os territórios considerados como Parques Nacionais, que são associadas ao controle do Estado e, portanto, consideradas como pertencentes à nação.

Em que pese o reconhecimento formal de seu pertencimento a todos os cidadãos do país, na prática seu acesso é restrito, como esclarece Little:

Na realidade, esses usos tendem a beneficiar alguns grupos de cidadãos e, ao mesmo tempo, prejudicar outros. Conseqüentemente, o usufruto particular das terras públicas se converte numa luta pelo controle do aparelho do Estado ou, no mínimo, pelo direcionamento de suas ações em benefício de um ou outro grupo específico de cidadãos (Little, 2002:8).

---

<sup>6</sup> Neste sentido, Touraine (1999:215) chama a atenção para o equívoco de confundir modernidade com modernização: “nada permite identificar a modernidade a um modo particular de modernização, o modelo

Neste sentido, evidencia-se a ação do Estado em não permitir a presença de populações humanas, que desempenham atividades vinculadas a um ecossistema específico, dentro de seus territórios, expulsando-as da área de proteção, ao mesmo tempo em que estimula o “turismo ecológico” praticado pelas camadas médias urbano-industriais, destacando-se a valorização e contemplação de belezas cênicas, conforme o imaginário de “natureza intocada”; ou então grupos de técnicos e cientistas que estudam o ecossistema, sem, no entanto, considerar a perspectiva de saberes e práticas tradicionais dos grupos humanos locais.

Outra questão referente aos chamados “territórios sociais”, diz respeito ao fato destes apresentarem formas fundiárias de uso comum. O regime de propriedade comum tem sido considerado de forma incompleta, baseado nos estudos de Hardin (1968), que apresenta uma visão de esgotamento dos recursos naturais em áreas de uso comum. Para este autor, o modelo de regime comum levaria à superexploração dos recursos naturais por não apresentar restrições ao seu acesso, destacando-se o aumento populacional e a falta de controle sob um território colocando em colapso seu ecossistema.

Esta perspectiva tende a ignorar a organização social, de sobrevivência e interdependência entre grupos, assim como as formas organização sobre o território que estes apresentam, seus saberes e relações de dependência com determinado ambiente, indispensáveis para a efetivação de uma política de desenvolvimento sustentável.

### **O conservacionismo-preservacionismo e o socioambientalismo**

No cenário do crescimento urbano-industrial, caracterizado por ser um processo global, que vem exaurindo os recursos naturais, a criação de um Parque Nacional se insere numa política de gestão ambiental que visa a manutenção destes recursos, relativos a um determinado território, procurando manter as características dos ecossistemas formadores de uma região.

Subjacente à idéia de parques e reservas naturais, há duas perspectivas: a conservacionista e a preservacionista. A primeira, caracteriza-se por apresentar uma ótica capitalista, no sentido de manter uma soberania sobre os recursos naturais, procurando desenvolver estratégias de utilização destes recursos e mantendo reservas dos mesmos para uso futuro; a segunda, conforme Diegues (1995), faz parte de neomitos que povoam o imaginário das sociedades urbano-industriais em relação à natureza. (Diegues, 1996:59). O autor considera como “neomitos” a visão das camadas

médias urbanas sobre as áreas naturais protegidas como um “paraíso terrestre”, um espaço isolado de natureza “intocada”, formando um conjunto de representações sobre a natureza que mistura o pensamento racional com o mítico<sup>7</sup>.

Por um lado, o conceito de Parque Nacional associa-se ao conservacionismo em seu aspecto instrumental, no que se refere às práticas de manejo de ecossistemas e de gestão de recursos naturais; por outro, o preservacionismo está mais associado ao campo subjetivo e ideológico, que faz parte da cultura urbano-industrial, permeando o conjunto do corpo técnico-científico que elabora e executa a política de gestão ambiental (Diegues, 1996:13-14).

Da mesma forma, como se observa na política de gestão de Parques Nacionais, faz parte da perspectiva conservacionista procurar restringir, ao máximo, a intervenção humana, com o intuito de proteger os recursos naturais existentes em determinado território. Estes espaços são concebidos como vazios, e o homem, como destruidor da natureza. No entanto, tais espaços são ocupados por grupos humanos que têm um modo de vida peculiar, vinculado aos ecossistemas que a Política de Parques Nacionais visa conservar. Mergulhados nas estilizações da política e do poder do capital-dinheiro triunfante, há um claro esquecimento e negligência do modo de vida desses povos por parte das camadas favorecidas da população, sobretudo de estruturas governamentais, mergulhadas em saberes tecno-científicos que acabam por excluir, dos territórios e do meio ambiente a serem preservados, a própria população tradicional local, numa clara tentativa de higienização paisagística.

Na contramão das contradições geradas pelo próprio processo político econômico do capital, os conflitos gerados, principalmente, a partir dos anos 1970, pela execução da Política de Parques, se modificaram com a instauração de um quadro político-social de caráter democrático e liberal a partir da década de 1980, permitindo que os povos tradicionais se organizem e lutem por seus direitos, principalmente, por alianças com movimentos sociais mais amplos, como o dos seringueiros, por exemplo, em claro avanço de um movimento internacional pelo reconhecimento dos direitos humanos de duração no planeta. Outro aspecto importante consiste na mudança gradativa do conceito de áreas naturais protegidas, representada pela via do socioambientalismo, no sentido de se buscar alternativas para superação dos conflitos entre o Estado e os povos tradicionais, que incorporam-se às ONGs e a movimentos sociais, tendo em vista suas lutas territoriais.

---

<sup>7</sup> Diegues (1996).

A perspectiva das décadas de 1960 e 1970 forma uma visão moderna sobre o meio ambiente que se globaliza e que, de certo modo, se reflete nos valores que subjazem à concepção da política de Parques Nacionais. Este período demarca o que Isabel Carvalho (1998) chama de “acontecimento ambiental”, considerado como “a emergência de um campo contraditório e diversificado de discursos e valores que constituem um amplo ideário ambiental” (Carvalho, 2000:2). Segundo a autora,

a relação entre o acontecimento ambiental e a esfera institucional política se evidencia, por exemplo, na gestão ambiental, que tem se configurado como um campo onde se inscrevem os principais desafios políticos acerca de novos mecanismos de regulação social (Carvalho, 1998:2).

Assim, na gestão ambiental de Parques e Reservas observa-se um contexto de conflito na esfera da política pública, marcado por disputas internas.

Esta dimensão da política pública está permeada por aspectos conflitivos, e tem se configurado como *locus* o potencial de disputa entre a reprodução das desigualdades sociais e uma perspectiva solidária na gestão dos bens ambientais, que são por sua natureza, bens coletivos (Carvalho, 1998:2-3).

Identifica-se portanto, uma disputa, entre duas concepções fundamentais em relação ao meio ambiente dentro da esfera do Estado: a dos socioambientalistas, que procuram integrar os povos tradicionais à noção de preservação do meio ambiente, levando em conta as práticas socioculturais compatíveis com a preservação da natureza, e a dos conservacionistas/preservacionistas, que tem conduzido as questões ambientais através de uma política de exclusão social.

### **A gestão dos recursos naturais sob o prisma da questão dos direitos humanos no contexto de avanço dos processos civilizatórios sobre povos tradicionais.**

Avançando nos debates existentes entre as perspectivas do conservacionismo-preservacionismo e socioambientalismo, observa-se continuidades e discontinuidades nas visões sobre o reconhecimento dos grupos humanos que habitam em áreas de proteção ambiental, que tem sido sustentado por argumentos baseados em sua caracterização como tradicionais e auto-suficientes, a partir de sua autonomia e saberes sobre o ambiente biofísico em que estão inseridos (Diegues, 1996). No entanto, um enfoque conceitual centrado excessivamente nestes aspectos, tende a refletir uma visão romântica, relacionada ao “mito do bom selvagem” (Adams, 2000) ao não considerar

transformações sociais, políticas e econômicas dessas populações, vinculadas a disputas de poder, tanto internamente, nos grupos locais, como em suas relações com a sociedade envolvente, inseridas em processos de injunções de mudança. A visão de tradicional associada à um passado quase mítico, considera que determinadas populações, em sua relação com a natureza, vivem em um mundo fechado, portanto sem contato com os direitos sociais e avanços tecnológicos da Modernidade. Neste sentido, a idéia de autonomia dos povos tradicionais corre o risco de propor uma estagnação de suas práticas culturais, quando tende a defender seu isolamento<sup>8</sup>. Esta questão remete à tensão entre Modernidade e Tradição, temas que não se contrapõem, mas que se articulam. Tais tensões dizem respeito justamente à circularidade de idéias entre os grupos e as trajetórias individuais de técnicos e pescadores, inseridas em um processo constante de articulação entre estes temas. O avanço inevitável da sociedade urbano-industrial e todo o processo de instancias civilizatórias que se impõem, mas que também são desejadas pelos povos tradicionais, como escolarização, saúde pública e estrutura sanitária, criam uma série de conflitos e rupturas, rearticulando práticas tradicionais e modernas destes grupos.

A separação entre os povos tradicionais e a sociedade urbano-industrial – os primeiros vistos como “comunidades fechadas”, considerando o contato com a sociedade envolvente apenas em seus aspectos negativos, e a segunda, considerada apenas como “grande poluidora do meio ambiente” - baseadas excessivamente no conhecimento e relação com a natureza, não leva em conta que o avanço da sociedade urbano-industrial carrega consigo os valores da modernidade, caracterizando um processo que, além de inevitável, geralmente é desejado por essas populações ou comunidades tradicionais. Não se trata, portanto, de contrapor Modernidade e Tradição, mas considerar a diversidade cultural dentro da perspectiva da Modernidade, sendo necessário considerar as condições de vida e as possibilidades de transformação constante da sociedade através do “sujeito-no-mundo”, enquanto ator social (Touraine, 1999).

Para Touraine a modernidade está assentada na relação entre racionalização e subjetivação, na “interação crescente entre sujeito e razão”:

---

<sup>8</sup> Neste sentido, assim como observa-se uma política de “espaços isolados” de biodiversidade, teríamos, por isomorfismo, “culturas isoladas”, implicando uma visão do “primitivo”, e portanto de caráter etnocêntrico.

o ator social não é aquele que age em conformidade com o lugar que ocupa na organização social, mas aquele que modifica o meio ambiente material e sobretudo social no qual está colocado modificando a divisão do trabalho, as formas de decisão, as relações de dominação ou as orientações culturais (Touraine, 1995:220).

Desta forma, se propõe, não apenas o reconhecimento da diferença, mas a interação, de modo que esses grupos humanos, conforme Touraine (1999:76), “participem do mundo técnico com a afirmação de sua herança cultural, [...] lutando contra a dominação dos mercados e contra os poderes comunitários”.

Esta interação remete à questão da defesa dos direitos humanos em relação ao uso dos espaços públicos, considerando a problemática socioambiental como um problema de exclusão social e repensando a gestão de políticas públicas de acordo com a proposta de uma etnobioidiversidade, baseada na dialogicidade e mediação/junção de saberes e perspectivas<sup>9</sup>. Tal perspectiva enfrenta muitos desafios, como, por exemplo, transformar a relação dos técnicos, que elaboram e executam a gestão ambiental, com os grupos humanos que apresentam práticas tradicionais, procurando sensibilizar os técnicos para o diálogo cultural, através de propostas de desconstrução dos discursos vigentes e seu reassentamento a partir do lugar do Outro<sup>10</sup>. Juntamente com estas tentativas, se propõe a desenvolver uma educação ambiental com comunidades e grupos tradicionais, visando a convergência entre o saber técnico-científico e os saberes tradicionais, procurando instrumentalizar essas populações, para que desenvolvam uma relação de entendimento e domínio do mundo técnico, sem perder sua herança cultural. A busca de uma certa igualdade de direitos, implica ir além do reconhecimento do outro, pois reconhecer que há diversidade, que há diferenças, não aproxima os diferentes e pode, inclusive, legitimar desigualdades sociais. Significa, entre outras coisas, o reconhecimento de diferentes saberes, levando em conta a relação entre saber e poder, para, através da alteridade, considerar, tanto o lugar do técnico, como o lugar que este ocupa em relação ao Outro.

### **Os pescadores e o Parque**

O Parque Nacional da Lagoa do Peixe está localizado na península situada entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico, aproximadamente nas coordenadas 31°26'S, 51°10'W, 31°14'S, 50°54'W, na região que abrange os municípios de Tavares,

---

<sup>9</sup> Sobre o conceito de etnobioidiversidade, ver Rocha, 2000.

Mostardas e uma pequena parcela de São José do Norte. Com aproximadamente 34.400 ha, este território tornou-se Parque Nacional em 1986, constituindo-se em uma área essencial para preservação ecológica, sendo que há uma ênfase especial na proteção das aves migratórias. Boa parte dessas aves vem do hemisfério sul e do hemisfério norte, movimentando-se entre a região do ártico e a Patagônia, sendo que, em meio à estas movimentações, encontram local de descanso e alimentação na área do Parque.

Os ecossistemas que compõem a península em que se situa o Parque apresentam importância a nível mundial, em decorrência de suas particularidades, sendo o território do Parque incluído na Rede Hemisférica de Reservas para Aves Limícolas e tombada pela UNESCO como parte da Reserva da Biosfera<sup>11</sup>.

Pesquisadores de todo o mundo têm se interessado no estudo e proteção dessas comunidades de aves. Juntamente com as aves, há uma fauna diversificada, como peixes, crustáceos e mamíferos<sup>12</sup>.

O território do Parque é formado pela Lagoa do Peixe e banhados. A lagoa é ligada ao oceano por uma barra, que costuma ser aberta por meio de uma escavadeira da prefeitura de Tavares, mas pode-se abrir, ou fechar, de acordo com os ventos e as marés, mantendo uma troca permanente entre lagoa e oceano. Quando a barra é aberta, as larvas do camarão-rosa entram do mar para a lagoa, onde se alimentam e crescem, constituindo-se em fonte de sustento dos pescadores locais, aproximadamente durante os meses de janeiro a maio. No inverno ocorre o período de cheia e a água do mar adentra o continente. Terminado o período chuvoso, inicia-se um período lento e progressivo de secagem da lagoa, sendo que durante os períodos de estiagem esta pode secar completamente, dependendo das condições do vento e das chuvas.

As condições ecológicas e culturais da região podem ser analisadas segundo o olhar sistêmico de Silveira (2000) que, em seus estudos sobre o Parque Nacional da Lagoa do Peixe, considera a área como

representativa de uma parte importante de um conjunto complexo de ecossistemas, configurando uma paisagem singular, numa região inóspita, onde tais ambientes interagem de forma a originar uma intrincada rede de relações ecológicas que coexistem com as ações humanas que tendem a conformar a paisagem mediante suas práticas culturais (Silveira, 2000:9).

---

<sup>10</sup> Essas idéias tem sido discutidas e colocadas em prática no Instituto Anthropos, tentando superar os impasses que surgem em relação às diferenças de escalas, ou seja, entre o universo micro de um grupo ou comunidade local e a perspectiva macro da gestão e planejamento de políticas públicas.

<sup>11</sup> FNMA-FURG-IBAMA-NEMA-UFPEL. Plano de Manejo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe – fase 2, 1999.

<sup>12</sup> Ibid

Além da abertura da barra, pode-se observar a intervenção do homem moldando a paisagem na área que envolve os extremos da lagoa, onde a região apresenta uma faixa pantanosa em que se encontram alguns cultivos de arroz. Na parte leste, há dunas e uma plantação de *Pinus eliotis* com aproximadamente 12 Km de extensão<sup>13</sup>. No lado oeste da lagoa, encontra-se uma mata nativa, onde habitam pequenos produtores rurais<sup>14</sup>, sendo que entre esta mata e a lagoa, a região é pantanosa.

Observa-se, no contexto da lagoa, diversas formas de intervenção humana, como constatou Silveira (2000), identificando

as diferentes maneiras que os grupos humanos, mediante as suas práticas tecnoculturais, encontram de atuar sobre a dinâmica da lagoa transformando-a, desde a vila de pescadores – cujas técnicas de pesca visam basicamente a captura do camarão rosa - e os acordos com o município de Tavares que se materializam através dos seus serviços (o empréstimo da máquina para abrir o canal), dos pequenos agricultores que cultivam a cebola como atividade agropecuária básica, os proprietários de terras que introduziram espécies exóticas (*Pinus eliliotis*), mas que também criam gado e eqüinos que podem percorrer o interior do parque, ainda que a pecuária extensiva possa ser considerada pouco desenvolvida na região (Silveira, 2000:9-10).

Os pescadores que habitam o Parque Nacional da Lagoa do Peixe encontram-se ao longo da costa oceânica do Parque<sup>15</sup>, concentrando-se, em quase sua totalidade, em duas comunidades pesqueiras: uma, constituída pela vila da Barra, e a outra pelas praias do Talha-mar, Lagamarzinho e Farol. Ambas as comunidades são formadas por pescadores artesanais que ali residem, permanentemente ou durante determinados períodos de pesca<sup>16</sup>. Por estarem dentro da área de preservação, a Barra, o Talha-mar e o Lagamarzinho dispõem de uma infra-estrutura precária. Não há luz elétrica, sendo

---

<sup>13</sup> O *Pinus eliotis* é uma espécie exótica, que foi introduzida na região na década de 1980. Percorrendo a BR-101 entre Mostardas e Tavares, até a entrada do Parque, vêem-se extensas florestas de *Pinus eliotis* e algumas madeireiras. A terra é arrendada para a exploração destas florestas, sendo que boa parte da madeira é exportada.

<sup>14</sup> Entre estes pequenos produtores, encontram-se aqueles que criam gado e outros que são pescadores-agricultores, predominando o cultivo da cebola. Segundo Maldonado, devido a complementaridade entre a pesca e a agricultura, os pescadores-agricultores “são considerados freqüentemente camponeses, talvez pelo fato de explorarem também a terra.” (Maldonado, 1986).

<sup>15</sup> Os limites marinhos do Parque se iniciam próximo ao Farol de Mostardas, estendendo-se por 35 Km ao sul e 1 Km mar adentro.

<sup>16</sup> É relevante considerar que a tradição referente aos pescadores locais em termos de sua origem no território do Parque não diz respeito à totalidade da população que ali se encontra. As referências à pesca na Lagoa do Peixe já datam nos relatos da viagem de Saint-Hilaire ao Rio Grande do Sul, em 1820. De forma mais recente, seus pescadores e a vila da Barra são descritos por Bunse (1959) em pesquisa realizada na região. Já as praias do Lagamarzinho e Talhamar apresentam um passado de poucas décadas,

utilizados lampiões a gás para iluminação das casas durante a noite. As moradias consistem em barracos de madeira e a água utilizada é extraída de poços superficiais, cavados pelos próprios pescadores, provavelmente contaminados, pois se encontram muito próximos às latrinas. Já a praia do Farol, por localizar-se nos limites externos do Parque (portanto, fora da área de preservação), dispõe de energia elétrica e uma população maior de pescadores.

Estes grupos vivem da pesca do camarão e de peixes, como a tainha e a papaterra. Trata-se de uma pesca baseada em um saber tradicional que envolve, desde a confecção e o reparo de redes, até as técnicas específicas de pesca, baseadas em um determinado conhecimento das condições da natureza, como o mar e os ventos.

A atividade pesqueira divide-se em dois ciclos ecológico-econômicos, o “verão” e o “inverno”. No ciclo do inverno, que ocorre aproximadamente de maio a dezembro, a atividade principal é a pesca na beira da costa de algumas espécies de peixes e do camarão sete-barbas. O ciclo do verão ocorre, aproximadamente de janeiro a maio, quando se pesca o camarão-rosa na Lagoa do Peixe.

Partindo do acompanhamento do cotidiano de trabalho dos pescadores, observou-se as relações de sociabilidade e reciprocidade, de acordo com os ritmos da vida social. Tais ritmos se dão a partir do trabalho e das relações com a natureza, recriadas nas relações sociais, onde o caráter itinerante do grupo é observado nos deslocamentos no tempo e espaço.

A comunidade de pescadores caracteriza-se como uma população tradicional pelo seu modo de vida<sup>17</sup>, constituído na relação com a natureza, que envolve certa dependência na utilização e manejo dos recursos naturais. A atividade pesqueira, de onde tiram seu sustento, fundamenta-se em um conhecimento singular em relação ao ambiente e aos ciclos naturais, cujas estratégias de utilização se valem os pescadores, o que implica pouco controle sobre os fenômenos da natureza no que tange ao tempo da pesca, aos ventos, as chuvas e a correnteza das águas. A relevância das condições da natureza que atuam na atividade pesqueira e que constituem o espaço litorâneo, mesmo que não sejam completamente determinantes, formam um conjunto de processos que influenciam as relações entre homem e natureza, particularizando as formas de apropriação humana. Estas relações baseiam-se no saber tradicional do grupo,

---

tendo surgido nos anos 1980 e 1990, respectivamente), constituindo um ponto de fragilidade na caracterização desta população como tradicional.

<sup>17</sup> Cândido (2001).

destacando-se as representações sobre o meio em que vivem, observados na referência às condições para realização da pesca, como o saber sobre os ventos e o mar.

### **A problemática socioambiental no Parque Nacional da Lagoa do Peixe**

A criação de um Parque Nacional afeta a população local, em razão de que não há vazios humanos nos ambientes designados como de conservação, como se supõe. Neste sentido, a política de gestão do Parque Nacional da Lagoa do Peixe tem como uma de suas metas a execução de plano de manejo que visa retirar os pescadores que vivem no território do Parque, a partir de 2005.

Outro aspecto conflitante da política de gestão ambiental consiste em centrar suas ações na fiscalização, o que implica visão da população local como “agressores da natureza”. Em relação aos pescadores, a atividade pesqueira é controlada e monitorada pelo IBAMA, conforme a legislação ambiental vigente, onde a prática consiste em fiscalizar e punir aqueles que transgridem as normas de proteção.

A preocupação com os impactos ambientais que o Parque sofre dizem respeito à pesca predatória, sendo que os pescadores são estimulados a se retirarem do território sem qualquer garantia, ajuda ou previsão quanto ao futuro. Ao mesmo tempo em que se objetiva acabar com a intervenção humana na região, busca-se promover o ecoturismo.

Desta forma, observa-se uma clara tendência para que a população local seja expropriada, sem levar em conta o histórico das famílias que vivem da pesca como forma de subsistência, dando lugar para que as camadas médias urbanas desloquem-se para a região.

Este processo caracteriza-se pela intervenção nas práticas culturais de populações consideradas tradicionais, alterando seu modo de vida, por meio de sua transferência e/ou descontextualização de determinado território, excluindo-os de suas interações com a natureza. Neste sentido, a política de gestão ambiental e suas estratégias de intervenção sobre os pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, tem se direcionado à um processo de não reprodução social do grupo, fundamentada em um saber passado oralmente, entre gerações, e baseado na relação com o ambiente biofísico. Trata-se, portanto, de impedir a sobrevivência desses pescadores mediante suas práticas culturais, ou seja, de todo o seu processo ecossistêmico. A situação dos pescadores do Talha-mar e do Lagamarzinho demonstra como essa forma de intervenção altera ambos os grupos, que vivenciam as restrições de suas atividades e o drama de uma possível desapropriação. O desmembramento da comunidade de trabalho

e o relativo isolamento, cria dificuldades para os pescadores, tendo em vista que as relações de reciprocidade que se estabelecem não apenas entre os pescadores locais, mas também em relação a parentes e amigos que, devido ao controle fiscalização, muitas vezes são impedidos de permanecerem no Parque. No que refere-se à reprodução social da comunidade, constata-se que a reprodução da força de trabalho ocorre com dificuldades, praticamente não havendo renovação dos grupos. Como a determinação do IBAMA é restringir, ao máximo, a ação humana no Parque, o fluxo de pessoas que antigamente se integraram à pesca praticamente não ocorre mais, como, por exemplo, é o caso dos agricultores locais que trabalham como diaristas no plantio da cebola e que foram se incorporando aos grupos de pesca através do sistema de terças<sup>18</sup>, adquirindo posteriormente seus pontos e redes, ou dos pescadores de outras regiões, que acabaram permanecendo e constituindo famílias.

Enquanto anteriormente os pescadores mais antigos aprendiam com os pais, atualmente os filhos dos pescadores, que ainda são menores de idade, não acompanham os pais nas pescarias com a frequência esperada, devido ao Estatuto do Menor e do Adolescente. Outro aspecto importante é a escola. Como os pescadores têm um futuro incerto, querem proporcionar a seus filhos um grau de escolaridade mínima para que consigam empregos nas cidades. A impossibilidade de haver qualquer infra-estrutura dentro do Parque e o plano de remove-los, não permite, por exemplo, a existência de escolas nas localidades. Segundo os relatos dos pescadores, no Lagamarzinho havia uma escola, possibilitando que as crianças conciliassem os estudos com a atividade pesqueira. Atualmente, as escolas mais próximas localizam-se na vila do Farol e em Tavares, exigindo um deslocamento diário.

A escola, em si, praticamente inviabiliza a participação das crianças na pesca no ciclo do inverno. Já em relação ao ciclo do verão, a dificuldade se dá mais quanto à distância da escola em relação à lagoa e às vilas de pescadores, pois boa parte deste período de pesca coincide com as férias escolares. Desta forma, muitos filhos dos pescadores desvinculam-se do meio dos pais e, futuramente, ao ingressarem na vida adulta, buscam diferentes atividades, muitas vezes migrando para outras regiões, onde trabalham geralmente como motoristas de caminhão e trabalhadores braçais em empresas ou na construção civil.

---

<sup>18</sup> Os grupos de pesca são, quase sempre, formados por dois ou três pescadores, organizados sob os sistemas de “meia” ou “terça”. De modo geral, a “terça” costuma ocorrer quando um pescador é dono do ponto e da rede, trabalhando com um ou dois pescadores, que “entram com o corpo”, recebendo, cada um, 20% do pescado.

Levando em conta grupos sociais singulares, que apresentam formas tradicionais de manejo do meio ambiente, observa-se como o contexto de complexidade que envolve a rede de relações formadora da etno-biodiversidade da Lagoa do Peixe remete à própria forma de intervenção e conhecimento acerca da biodiversidade em sua dimensão socio-cultural.

### **A safra do camarão-rosa: fiscalização da pesca X “mas é a natureza quem manda”**

A noção de tempo dos pescadores, que divide o ano nos ciclos do inverno e do verão, não apresenta um caráter de oposição, mas de complementaridade. Além disso, não é rígida, no sentido de que o pescador somente pesca no mar durante o inverno e, somente na lagoa, durante o verão. Em uma situação de entre-safras, por exemplo, ou de uma safra negativa, o pescado do mar complementa o da lagoa e vice-versa, assim o pescador pode, em momentos críticos, atuar em ambos os locais como alternativa de subsistência. O IBAMA, entretanto, fiscaliza e normatiza a pesca dentro do Parque e, desta forma, intervém na atividade pesqueira. Permite, então, esta prática, no Parque somente aos pescadores cadastrados, desde que em determinadas áreas consideradas liberadas para pesca.

Além das dificuldades de fiscalização na costa oceânica do Parque, onde a pesca mais impactante é notadamente realizada por barcos pesqueiros, destacando-se aqueles que praticam pesca industrial, - capturando toneladas de peixe de forma predatória (como é o caso das traineiras) e sem controle da distância mínima exigida em relação à costa, é na lagoa que ocorrem os maiores conflitos quanto à fiscalização.

No verão de 2000, uma bióloga da FURG<sup>19</sup> ao realizar uma pesquisa de medição do tamanho médio do camarão na lagoa, analisava as possibilidades de serem pescados. A pesca na lagoa foi controlada da seguinte forma: a lagoa foi dividida em oito zonas, sendo que cada zona seria liberada se houvesse uma quantidade considerada suficiente de camarões do tamanho considerado admissível, segundo as medidas e percentuais estabelecidas em conjunto com o IBAMA. Era preciso que a amostragem atingisse de 70% a 80% de camarões com, no mínimo, 9 centímetros. Alguns pescadores ajudaram na pesquisa, capturando o crustáceo, além de acompanharem todo o processo de análise após a pesca, que consistia na medição e cálculo do percentual mínimo de camarões considerados em condições de serem pescados.

---

<sup>19</sup> Fundação Universidade de Rio Grande

Passado o ciclo do verão, boa parte da safra do camarão-rosa de 2000, foi perdida em decorrência da estiagem que assolou a região. Por outro lado, as outras áreas da lagoa não foram liberadas porque o camarão ainda não estava do tamanho considerado indicado para a liberação. Os pescadores protestaram, considerando que o percentual mínimo, encontrado na lagoa, para o tamanho que o IBAMA havia estabelecido para o camarão não condizia com a realidade do camarão pescado. Como alternativa, vários pescadores se deslocaram para a Lagoa dos Patos para salvar a safra. A grande crítica dos pescadores a esse respeito era de que o camarão “morreu igual”, tendo em vista que a lagoa havia secado e o camarão, que apresentava um tamanho inferior ao tamanho mínimo estabelecido, ainda tinha valor comercial, mas não pôde ser pescado, como desabafou Jorge, pescador do Lagamarzinho:

Quando nós pudemo trabalhá o IBAMA não deixa nós trabalhá. Que nem a lagoa ali, o negócio é... claro que eles não tem culpa de secá, né, mas é a natureza que manda, aí o que acontece, quando tem um peixe que dá prá tu aproveitá, eles ficam em cima de ti até secá a água e tu não podê pegá, né. Que nem aconteceu desse ano, a gente foi andá na lagoa, eu e o outro cara ali, e chegamo a vê um palmo de camarão rosa morto ali, na lagoa, assim; aí é brabo, e eles não deixá tu aproveitá aquilo ali, né cara. É um dinheiro que podia tá passando mais folgado, não tá tão apertado, oferecê uma coisa melhor pros filho, né .(Jorge)

Essa situação coloca em evidência, primeiramente, a questão do saber tecnocientífico que não leva em conta o saber local e a efemeridade da natureza e, por outro lado, demonstra certa inflexibilidade por parte da política de proteção de Parques Nacionais nas relações com os pescadores, ao ignorar os imponderáveis da vida social

Outro aspecto negativo, são as críticas ao IBAMA por não respeitar os pescadores cadastrados ao colocar em prática a fiscalização, tratando a situação como caso de polícia. Um exemplo disso foi a apreensão das redes de dois pescadores locais, que estavam pescando em uma área que ainda não havia sido liberada. No verão de 2000, a pesca foi permitida em uma área da lagoa de cada vez. Em razão disso, os pescadores ficaram concentrados em apenas uma área, impedidos de disporem de toda a extensão da lagoa, como outrora, o que acarretou inúmeras dificuldades à pesca, já que não havia espaço para todos, levando alguns a pescarem nas áreas não liberadas.

Esta situação resultou em uma safra considerada negativa para os pescadores, enquanto que os “coqueiros”, como são chamados os agricultores locais (na grande maioria ceboleiros) e pessoas de fora da região que pescam com “rede de coca”, se espalharam pelas zonas que não haviam sido liberadas, obtendo rendimentos

significativos<sup>20</sup>. Estes monitoram a ação do IBAMA, cuja estrutura precária e o conjunto de penas três funcionários para fiscalizar todo o Parque, inviabilizava o controle eficaz da área de proteção, resultando em uma ação voltada apenas para os pescadores cadastrados, localizados com facilidade. O IBAMA libera a pesca do camarão rosa a partir de janeiro, enquanto que a pesca predatória inicia já em dezembro, como esclarece Vita:

O problema todo é o coqueiro, o camarão roubado e a pesca liberada muito tarde, que a pesca tinha que sê liberada em dezembro. Antes de vir o IBAMA, antes de te esse problema do Parque nós pescava camarão sempre em dezembro. No começo de dezembro nós já tava pescando. Porque o camarão da lagoa, ele só é graúdo na saída. Todos os anos que abria a pesca na lagoa, ele só é graúdo na saída, no seco, depois ele vai ficando miúdo e não melhora mais. (Vita, pescador do Lagamarzinho)

Observa-se que a pesca predatória prejudica os pescadores cadastrados, diminuindo a quantidade de camarão disponível, sendo que boa parte destes pescadores reconhecem a necessidade de uma fiscalização que iniba as ações dos “coqueiros”, o que implica, paradoxalmente, reconhecimento das ações do IBAMA como regulador de conflitos na atividade pesqueira. Por meio de várias reuniões entre pescadores e funcionários do IBAMA, o quadro caótico do verão de 2000, para os pescadores, se alterou em parte nos anos de 2001 e 2002, sendo a liberação, por zonas, modificada, permitindo a liberação de toda a área quando se encontrasse o percentual de camarões do tamanho esperado.

Constata-se, portanto, a existência de um contexto de conflito, relativo à forma de intervenção no trabalho destes pescadores por parte do IBAMA, centrada na fiscalização da atividade pesqueira e no plano de manejo do Parque. Entretanto, em contraposição à política de preservação colocada em prática, os pescadores discutem e buscam uma maior articulação política para defender os interesses da sua comunidade de trabalho.

É importante colocar que, embora as relações de conflito entre pescadores e IBAMA sejam freqüentes, também se observa, nessas relações, a possibilidade de um entendimento progressivo, em decorrência dos esforços em busca da mediação. Há também uma sensibilização em relação às questões ambientais e maior participação política dos pescadores, reivindicando seus direitos de forma mais organizada. Esta

---

<sup>20</sup>A “rede de coca” é uma rede rudimentar, considerada extremamente prejudicial ao ecossistema da lagoa pelos técnicos preocupados com a preservação ambiental.

situação remete aos estudos de Simmel (1983), que pressupõe que o conflito, ao mesmo tempo em que se constitui em uma forma de desacordo é também um elemento fundamental à “sociação”. Neste sentido o conceito de “sociação” é visto em referência aos processos aos quais a sociedade se constitui e se atualiza.

Assim, observa-se que as tentativas de articulação entre os pescadores e o abrandamento das relações conflituosas com o IBAMA sugerem aproximações, embora o conflito permaneça. Por exemplo, após a crise gerada pelo sistema de liberações da pesca da lagoa, decidiu-se que, nas próximas safras, o percentual de camarões com tamanho mínimo permitido para a liberação seria menor. Nesta contraposição, onde, evidentemente, os pescadores se encontram em desvantagem, interagem idéias e discursos, muitas vezes possibilitando uma certa flexibilidade nas ações e concepções tomadas por ambas as partes, tendo em vista a necessidade de uma mediação visando a resolução parcial de conflitos.

Em termos de discurso, constata-se a circularidade de idéias<sup>21</sup>, de um diálogo entre estas perspectivas. Ginzburg (1987) analisa as relações entre a cultura popular e a cultura imposta pelas classes dominantes, se direcionado a uma relação de tensão entre o popular e o erudito. É interessante ver como Ginzburg trata das idéias de Menocchio, um simples camponês da Idade Média que, no entanto, estava em contato com as idéias do seu tempo, apresentando interpretações próprias que dialogavam com concepções científicas atuais daquele período.

É neste sentido que a circularidade de idéias se dá, por exemplo, na afirmação do pescador Cigano, considerando sua relação com a natureza. Referindo-se às aves que comiam caranguejos mortos e restos de camarão que os pescadores jogavam na lagoa após uma jornada de pesca:

Aqui a gente cuida dos bicho. Tá vendo só, os pássaro tudo se alimenta com a gente. (Cigano, pescador do Lagamarzinho)

Uma possibilidade interessante a este respeito seria imaginar como os pescadores desencadeiam nichos de alimentação para algumas aves locais, configurando-se um outro aspecto da relação de interação com o ecossistema local. A consideração de Jorge sobre o conceito de “depredar”, e sua relação com a comunidade e os barcos que passam na costa, também é bastante elucidativa:

---

<sup>21</sup> Ginzburg (1987:24) utiliza o conceito de circularidade proposto por Mikhail Bakhtin (s/d), de uma influência recíproca entre a cultura das classes subalternas e a cultura das classes dominantes.

A gente depedra a natureza, mas aqui a gente depedra pouco. E esses barco aí depedra muito mais que nós, eles tão acabando com o peixe e o IBAMA não faz nada. (Jorge)

Semelhantes considerações foram observadas em relação ao lixo, apresentando um certo domínio do discurso moderno sobre a natureza, demonstrando como, no campo subjetivo, este discurso dialoga com as percepções dos pescadores. Como linguagem êmica, a expressão “lixo” relaciona-se às práticas de trabalho, referindo-se ao que vem com as cheias ocasionadas por chuvas constantes: juncos, plantas e galhos que são arrastados por córregos, rios e até mesmo banhados da região, desembocando no mar, e acabando por se prender às redes. A rede cheia de “lixo” permite que os peixes, ao visualizá-la, possam escapar. Somado a isso, os galhos e pedaços de madeira que se prendem à rede acabam por danificá-la, de tal modo que o pescador leva dias fazendo reparos.

Outra significação a respeito do lixo em relação ao mar diz respeito aos destroços de navios e produtos que acabam sendo encontrados na beira da praia e que no entanto não são considerados “lixo”, pois adquirem determinado valor. Alguns pescadores vasculham a praia recolhendo uma série de coisas, consideradas úteis, como bóias, garrafas (utilizadas como decoração no interior das casas), produtos de limpeza e até roupas e alimentos.

Da mesma forma, entre os fiscais e pesquisadores do IBAMA, observa-se a utilização de nomes dados pelos pescadores para algumas espécies animais da região, como no caso do camarão “sete-barbas”. O camarão pescado na costa oceânica do Parque pertence à espécie *Artemesia longinaris*, conhecida como “Barba-russa”, mas é chamado pelos pescadores como “sete-barbas”<sup>22</sup>, sendo que sua denominação se tornou comum entre os pesquisadores e fiscais de acordo com o nome dado pelos pescadores.

Neste sentido, Ginzburg (1987) trabalha com um conceito de cultura que privilegia o ator social. Este ocupa um lugar central em sua análise, pois se movimenta em um universo plural de “culturas”, que trata das idéias e crenças que circulam e são utilizadas pelas pessoas:

Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um. Com rara clareza e lucidez,

---

<sup>22</sup> O camarão sete-barbas apresenta características muito parecidas ao barba-russa, sendo encontrado com frequência no litoral de Santa Catarina.

Menocchio articulou a linguagem que estava historicamente à sua disposição (Ginzburg :1987:27).

É portanto no sentido do conflito de idéias e valores criados no contexto de tensão dessas idéias que o contexto "político", juntamente com a especificidade de uma política nacional de controle e fiscalização, se relaciona a esta comunidade de pescadores, que apresenta uma trajetória singular, constituindo sua identidade sobretudo a partir do valor-trabalho tradicional.

Da mesma forma, a noção moderna de preservar, ligada ao movimento ecológico, apresenta também uma perspectiva que contempla Tradição e Modernidade, como se constata em casos de povos tradicionais que começaram a reorganizar seu modo de vida - procurando manter sua identidade ou herança cultural, sem deixar de se integrar à modernidade - lutando por seus direitos através de alianças com ONGs nacionais e internacionais, assim como com movimentos sociais.

### **Considerações finais**

A forma como interagem diferentes visões acerca da natureza, em determinados contextos, e os conflitos que essa “transposição dos espaços vazios” causa em relação à comunidade local, remete às relações entre globalização e diversidade cultural, no sentido de que a preservação de ecossistemas como o do Parque Nacional da Lagoa do Peixe está inserido em um contexto de conservacionismo, que é internacional, e que apresenta desdobramentos em relação a uma comunidade de pescadores que habita a área de proteção. A imposição desta ótica sobre a natureza, em detrimento da população local faz parte de uma concepção que separa o homem da natureza, e se choca, como neste caso, com os interesses dos pescadores, que interagem com a natureza pelos ritmos de tempo e pela estética de ocupação do espaço, dadas a partir de sua relação com o trabalho e inserção com o meio ambiente, recriadas nas relações sociais.

Observa-se uma série de conflitos em relação a política global sobre o meio ambiente que, em última análise, faz parte de processos civilizatórios das sociedades urbano-industriais. Tais processos tem avançado durante as últimas décadas na região, como se pode constatar, por exemplo, no que se refere a escolarização dos filhos dos pescadores e a tentativa de controlar o trabalho infantil, assim como as relações de mercado que se dão através da comercialização do pescado, e os inserem numa realidade de mercado econômico mais global.

Em relação à ação do IBAMA, demonstra-se que a interação com os pescadores se dá no sentido do exercício de um determinado controle e regulação da atividade pesqueira, incidindo diretamente na vida social do grupo. Além disso, a legitimidade e o que poderíamos considerar como sendo trabalho tradicional ou não para os pescadores, acaba sendo determinada, em parte, pelo IBAMA, que classifica como predatórias ou não as atividades de exploração dos recursos naturais, do qual depende a atividade pesqueira, o que implica mudanças introduzidas pelo ideário de modernidade e a indústria da pesca.

Observa-se a existência de um processo global, complexo e dinâmico, onde as interações existentes na dinâmica da vida cotidiana não se resumem a uma oposição pura e simples, marcada pela dualidade dos valores sociais. Neste sentido, a teoria da hierarquia de Louis Dumont (1985) oferece a perspectiva do “englobamento dos contrários”, sendo apropriada para entendermos, aqui, tais relações de forma dialética e tensional. Neste sentido, leva-se em conta que este grupo faz parte do ideário das sociedades urbano-industriais, ao mesmo tempo em que apresenta um caráter singular, de uma cultura específica, de acordo com seu modo de vida.

Esta perspectiva leva a pensar em como o ideário da modernidade penetra na vida social tradicional, sendo apropriado localmente e constituindo-se, portanto, em um processo de interação e negociação constantes, como, por exemplo pelas demandas feitas pelos pescadores, que reivindicam o rompimento do isolamento das vilas que se encontram na área do Parque, em uma conjuntura de privação em relação aos serviços públicos, como energia elétrica, saneamento e transporte, ou então sobre as condições de analfabetismo e de esquecimento do estatuto de cidadania.

Em relação ao entendimento de que a ecologia perpassa diferentes grupos sociais através de uma mediação de saberes, apresenta-se uma perspectiva mais humanista que valoriza a igualdade, sem contudo esquecer a heterogeneidade cultural. A área do Parque Nacional da Lagoa do Peixe constitui um complexo ecossistema que forma uma intrincada rede de interações, das quais o homem faz parte. Somam-se a isso, as diferentes formas de pensamento que interagem em uma troca e negociação constantes de informações subjetivas, que acabam impregnando o pensamento e as práticas sociais concretas de diferentes segmentos sociais, ou seja, permitem que se efetuem mudanças dentro da sociedade.

Convém ressaltar que, embora tenha sido demonstrado como há um constante processo de interação, em que circulam idéias, sendo que os pescadores apropriam-se

do discurso da modernidade de acordo com suas estratégias, por outro lado, o plano de manejo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe e a intensificação das medidas que visam a não-reprodução social do grupo, constituem-se em um processo que vai além da capacidade de adaptação do grupo, podendo levar a uma ruptura definitiva em relação à sua ambiência de trabalho. Portanto, a preocupação com o meio ambiente e, mais especificamente, com o ecossistema da Lagoa do Peixe, local de manutenção da biodiversidade, principalmente como ponto estratégico para as aves migratórias, não implica necessariamente no esquecimento, ou detrimento, da etnodiversidade, cabendo o desafio de pensar em formas inclusivas, mais igualitárias para gestão dos recursos naturais.

### **Referencias**

ADAMS, Cristina. **As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar**. REVISTA ANTROPOLOGICA. v.43 n.1 São Paulo 2000

ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. **Trabalho, Meio ambiente e conflito: um estudo antropológico sobre a construção da identidade social dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe – RS**. Dissertação de mestrado – Antropologia Social -UFRGS, 2002.

BAKHTIN, Michail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**. São Paulo, Hucitec, 1987.

BRITTO, Rosyan Campos de Caldas. **Modernidade e tradição: Construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo –RJ**. Niterói, Editora UFF, 1999.

BUNSE, Heinrich A. W. **São José do Norte: Aspectos lingüísticos-etnográficos do antigo município**. Porto Alegre, Globo, 1959.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo, Ed.34, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **O motivo edênico no imaginário social brasileiro**. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, V. 13, n.38, 1998, p. 63-79.

CARVALHO, Isabel. C. M In: Noal, F. Reigota, M., Barcelos, V. (Orgs.) **Tendências da educação ambiental brasileira**. Sta Cruz do Sul, EDUNISC, 1998.

\_\_\_\_\_. **Los sentidos de lo “ambiental”: la contribución de la hermenéutica a la pedagogia de la complejidad**. LEFT, Siglo Veintiuno Editores, PNUMA/UNAM/México, 2000.

CHEVALIER, Sophie. **Uma sociedade em mudança. Antropologia de uma transição na Bulgária**. HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS. UFRGS/IFCH/PPGAS, Ano 7 N15, Porto Alegre, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos, NOGARA, P. **O nosso lugar virou parque: estudo sócio-ambiental do Saco de Mamanguá-Parati- Rio de Janeiro**. São Paulo: NUPAB-USP, 1994.

DIEGUES, Antônio Carlos S. **Povos e mares: leituras em sócio-anthropologia marítma**. São Paulo, NUPAUB-USP, 1995.

\_\_\_\_\_. **O Mito da natureza intocada**. São Paulo, Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. (Org.) **A Imagem Das Águas**. São Paulo, NUPAUB-USP, 2000.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. **As redes do suor**. Niterói, Editora UFF, 1978.

DUMONT, Louis. **O individualismo, uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro, Rocco, 1985.

\_\_\_\_\_. **Homo hierarchicus**. O sistema de castas e suas implicações. São Paulo, EDUSP, 1992.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer**. São Paulo, Perspectiva, 1993.

FNMA-FURG-IBAMA-NEMA-UFPEL. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe – Fase 2**. Serviço Público Federal, Ministério da Educação e do Desporto, Fundação Universidade do Rio Grande, 1999.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, LTC, 1999a.

\_\_\_\_\_. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1999b.

GIMÉNEZ, Gilberto. **Território y cultura**. *Estudios sobre las culturas contemporáneas*, Época II/Vol. II, N.4, 1996, pp.9-30.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

GLUCKMAN, M. **Local-level politics: social and cultural perspectives**. Oxford, Basil Blackwell, 1971.

HARDIN, G. **The Tragedy of the commons**. *Science* 162:1234–48, 1968.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo, Vértice, 1990.

LEACH, Edmund. R. **Sistemas políticos da alta Birmânia**. São Paulo, Edusp, 1995.

LIMA, Roberto Kant de. **Pescadores de Itaipu: Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói, EUFF, 1996.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Trabalho apresentado no Simpósio “Natureza e Sociedade: Desafios Epistemológicos e Metodológicos para a Antropologia”, na 23ª Reunião Brasileira de Antropologia, Gramado, RS, 19 de junho de 2002.

LOBO, Andréa de Souza. **Unidades de conservação e educação ambiental: a natureza enquanto espaço de formação de subjetividades**. In: TEIXEIRA, Carla Costa (org) *Em busca da experiência mundana e seus significados. Georg Simmel, Alfred Schutz e a Antropologia*. Rio de Janeiro, Relume Dumara, 2000. p 35 a 64.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do mar**. São Paulo, Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. **Mestres & mares: espaço e indivisão na pesca marítima.** São Paulo, Annablume editora, 1994.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia.** Vol. II, São Paulo, EDUSP, 1974a.

\_\_\_\_\_. **Sociologia e Antropologia.** Vol. III, São Paulo, EDUSP, 1974b.

McGOODWIN, James R. **Crisis in the World's Fisheries: People, Problems, and Policies.** Stanford University Press. Stanford, California, 1990.

MURRIETA, Rui Sérgio S. **A mística do Pirarucu: pesca, *ethos* e paisagem em comunidades rurais do baixo amazonas.** HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS. UFRGS/IFCH/PPGAS, ano 7, n 16, Porto Alegre, 2001.

PASCUAL, José (Org.) **Proceso de apropiación y gestión de recursos comunales.** Sta Cruz de Tenerife, ASOCIACIÓN CANÁRIA DE ANTROPOLOGIA, VI CONGRESSO DE ANTROPOLOGIA, 1993, 203pp.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **Nas trilhas de uma bioetnodiversidade: a questão do olhar do outro e seus desdobramentos na construção dialógica das ciências ambientais.** Instituto Anthropos, Porto Alegre, 2000.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática.** Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972.

SAINT-HILAIRE, Auguste de, **Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821.** Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1999.

SCHAMON, Simon. **Paisagem e memória.** São Paulo, Cia. das Letras, 1996.

SILVEIRA, Flávio. L. Abreu da. **Para além das fronteiras: conservacionismo e ecologização do mundo, o Parque Nacional da Lagoa do Peixe como uma questão transnacional.** Instituto Anthropos, Porto Alegre, 2000.

SIMMEL, Georg. **Sociologia.** São Paulo, Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. **A filosofia da paisagem.** REVISTA POLÍTICA & TRABALHO, setembro de 1996. PPGS/UFPB, 12.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural.** São Paulo, Cia das letras, 1988.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade.** Petrópolis, Ed. Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. **Poderemos viver juntos? iguais e diferentes.** Petrópolis, Ed. Vozes, 1999.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade.** São Paulo, Cia. das Letras, 1990.

